

Mesa envia pareceres de incriminados à CCJ

BRASÍLIA — A Mesa Diretora da Câmara reúne-se hoje, às 11h, para encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça os pareceres dos 16 deputados e um suplente incriminados pela CPI do Orçamento. O presidente Inocêncio Oliveira (PFL-PE) quer concluir o processo de julgamento em 45 dias e já solicitou aos líderes que acelerem a escolha dos deputados que vão participar da Comissão. Mas a pressa de Inocêncio está preocupando lideranças de vários partidos, temerosas de que um eventual cerceamento da defesa comprometa o trabalho da CPI.

“Não podemos permitir manobras protelatórias, mas o rito do processo tem que prever a defesa ampla, o que inclui arrolamento de testemunhas e perícias técnicas”, alertou o vice-líder do PFL, Ney Lopes (RN). O cronograma de Inocêncio estabelece cinco sessões (cinco dias úteis) para a defesa; outras cinco para diligências e provas; dez sessões para o julgamento na Comissão; e outras dez para o plenário julgar. No meio de tudo isto há uma semana de carnaval perdida.

As dificuldades começam com a partilha das 54 vagas na comissão, seguindo a proporcionalidade da representação na Câmara. É que até hoje dezenas de deputados que trocaram de partido an-

tes do término do prazo de filiação partidária para as próximas eleições (dia 9) não comunicaram a mudança à Mesa. A previsão é que o perfil da Comissão será alterado porque as bancadas mudaram muito. Partidos como o PRN, quase liquidado por falta de representantes federais, correm o risco de ficar de fora.

Alteração — A única certeza sobre a composição da Comissão hoje é que pelo menos sete dos atuais integrantes serão substituídos, por estarem envolvidos na investigação. As normas permitem substituições a qualquer tempo, exceto no caso do presidente da Comissão, hoje o deputado José Dutra (PMDB-AM), eleito para um mandato que só terminará em 15 de fevereiro. O mais cotado para substituí-lo é o peemedebista que disputou o comando da comissão no ano passado e perdeu por apenas um voto. José Thomaz Nonô (AL) até tem a simpatia de outros partidos, como de sua antiga legenda, o PFL. Mas uma liderança experiente alerta para o fato de ele já ter sido indicado para participar da comissão de sindicância ligada à Corregedoria da Câmara que está encarregada de investigar 11 deputados implicados pela CPI. Esse parlamentar avalia que seria muito difícil conciliar as duas funções.